

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL 2018 - 2020

2018

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Michel Temer

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Rossieli Soares da Silva

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Eline Neves Braga Nascimento

REITORIA DO IFRO

REITOR

Uberlando Tiburtino Leite

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Maria Fabíola Moraes Assumpção Santos

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO

Jéssica Cristina Pereira Santos

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Moisés José Rosa Souza

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Maria Goreth Araújo Reis

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Gilmar Alves Lima Júnior

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

TRIÊNIO 2018-2020

PRESIDENTE

Clayton Ferraz Andrade

VICE-PRESIDENTE

Max Uanderson Pereira Menegaz

SECRETÁRIA

Emi Silva de Oliveira

MEMBROS

Wilka Alexandra de Lima Campos

Mariana Soares Segatto

Aparecida Meireles de Sousa e Sousa

SUPLENTE

Andre Rodrigues Ribeiro

André Luiz Rodrigues Menezes

Ricardo Teixeira Gregório de Andrade

Marcia Cristina Tesser

Maurício Reginaldo Alves dos Santos

DIRETORES-GERAIS DOS CAMPI

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS ARIQUEMES

Osvino Schmidt

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS CACOAL

Davys Sleman de Negreiros

DIRETORA-GERAL DO CAMPUS COLORADO DO OESTE

Larissa Ferraz Bedor Jardim

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS GUAJARÁ-MIRIM

Elaine Oliveira Costa de Carvalho

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS JARU

Renato Delmônico

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS JI-PARANÁ

Fernando Antônio Rebouças Sampaio

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PORTO VELHO CALAMA

Marcos Aparecido Atilés Mateus

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Miguel Fabrício Zamberlan

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS VILHENA

Aremilson Elias de Oliveira

IFRO

**PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
2018-2020**

Documento elaborado pela Comissão Própria de Avaliação - CPA do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO em consonância com as exigências do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior- SINAES, instituído pela Lei nº 10861, de 14 de abril de 2004.

Sumário

1. Apresentação	01
2. Introdução	03
2.1.A História	03
2.2.A Organização	05
2.3.Histórico da Avaliação na Instituição	06
2.3.1. Procedimentos e ações realizadas	06
3. Justificativa	08
4. Objetivos	09
4.1.Objetivos Gerais	09
4.2.Objetivos Específicos	09
5. Metas	11
6. Estratégias	12
7. Metodologia	17
8. Recursos	18
8.1.Recursos Físicos	18
8.2.Recursos Materiais	18
8.3.Recursos Humanos	18
9. Cronograma	20
10. Bibliografia	23
12. Anexos	24

1. Apresentação

A Comissão Própria de Avaliação - CPA de acordo com o disposto na Lei 10.861/2004, na Portaria 2.051/2004 do Ministério da Educação, demais legislações correspondentes e à luz da Resolução n. 55/2017 objetivando a melhoria da qualidade da educação, a orientação para expansão da oferta de ensino e o aumento permanente de sua eficácia institucional, apresenta o projeto de Avaliação Institucional para o triênio 2018-2020.

O processo de construção deste Projeto de Avaliação Institucional teve como fundamentação, os documentos institucionais norteadores do desenvolvimento desta autarquia, em especial, o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. Este, por sua vez, possibilitou o planejamento da autoavaliação institucional, pautada no acompanhamento dos objetivos, metas, ações e projetos nele propostos.

Destaca-se, não por acaso, que este projeto terá vigência de 3 (três) anos, mesmo lapso temporal da atual formação da CPA e que, coincide com o início da execução do PDI. Esse fato possibilitará à CPA a socialização de relatórios parciais, emissão de pareceres acerca da implementação das ações voltadas aos crescimento institucional de acordo com as prospecções constantes no PDI, bem como, emissão de outros documentos necessários ao alinhamento institucional às dimensões contidas na Lei do SINAES.

A CPA desempenha papel fundamental na instituição, pois, tem a responsabilidade de planejar, conduzir e sistematizar os processos de Avaliação Institucional segundo critérios estabelecidos pela Lei 10.891/2004, abrangendo a realidade e as diferentes dimensões do IFRO, especialmente as expressas no PDI e no Projeto Pedagógico Institucional - PPI. Será com base nos resultados diagnósticos obtidos por meio da aplicação das avaliações, objeto deste projeto, que a CPA orientará a expansão da oferta de ensino, o aumento permanente de sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, e especificamente a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais da Instituição.

Este documento apresenta um breve histórico da Instituição, bem como, sua estrutura organizacional. Define objetivos, estabelecer metas e descreve as ações pelas quais objetiva-se obter resultados tangíveis, por meio das estratégias definidas e da metodologia aplicada,

contribuindo assim, para o alcance da missão institucional. É, portanto, o referencial para a Avaliação Institucional no IFRO.

2 História e Estrutura Organizacional

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado por meio da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. A referida lei reorganizou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, composta pelas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e CEFETs, transformando-os em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Nacionalmente, a instituição faz parte de uma rede federal de educação profissional, científica e tecnológica centenária, que teve sua origem no Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo então presidente Nilo Peçanha, por meio do qual foram criadas 19 Escolas de Aprendizes Artífices.

O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. É uma instituição especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, atuando na educação básica e superior, na pesquisa e no desenvolvimento de produtos e serviços em estreita articulação com a sociedade. Regionalmente, é resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia, à época em fase de implantação, e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, com 15 anos de existência. A fusão originou uma Reitoria, com a previsão de funcionamento de cinco *campi*: Ariquemes, Colorado do Oeste, Ji-Paraná, Porto Velho e Vilhena, e um *Campus* Avançado em Cacoal.

Atualmente, o Instituto Federal de Rondônia possui nove *campi* presenciais, implantados em municípios estratégicos do estado. Mas o processo de expansão e interiorização do IFRO se faz também por meio da criação e implantação de polos de apoio presencial da Educação a Distância (EaD). Atualmente, são 23 polos de EaD em parceria com 22 municípios do estado. Além de 176 polos de EaD em parceria com o Governo do Estado de Rondônia. Conforme dados do sistema SISTEC de 05/04/2017, o IFRO estava com 118 cursos e 14.405 matrículas totais (sendo 8.524 no presencial e 5.881 na EaD), além de 1.107 servidores (docentes: 556; TAEs:

551; e estagiários: 16). De acordo com a política de expansão da rede, há ainda, projetado para entrar em funcionamento, um *Campus* em São Miguel do Guaporé, de modo que a configuração do Instituto para o próximo quinquênio contará com dez *campi*.

O IFRO é administrado pela Reitoria e pela Direção Geral dos nove *Campi* existentes em: Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Guajará-Mirim, Jaru, Ji-Paraná, Porto Velho Calama, Porto Velho Zona Norte e Vilhena, com apoio dos órgãos colegiados, conforme a estrutura organizacional, especificada na Resolução nº 65/CONSUP/IFRO/2015.

Cada campus possui regimento interno próprio, organizados conforme as diretrizes institucionais, elaboradas a partir do Estatuto e Regimento Geral e emanadas do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior. A estrutura organizacional está assim definida:



Fonte: PDI

Conforme se observa a Comissão Própria de Avaliação - CPA é um órgão de assessoramento, composta pelos segmentos da comunidade acadêmica e de representantes da sociedade civil organizada, com atuação autônoma em relação aos Conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição.

3. Justificativa

A Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES é o órgão colegiado que tem como função coordenar e supervisionar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, é formado por três componentes principais: a Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES), Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) e a Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE). Por meio desses três componentes, o SINAES avalia os seguintes aspectos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, às instalações físicas, a sustentabilidade financeira e às políticas institucionais.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior possui os seguintes instrumentos complementares: autoavaliação institucional, avaliação externa, ENADE, avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação (censo e cadastro). Os resultados das avaliações possibilitam traçar um panorama da qualidade dos cursos e instituições de educação superior no país, toda a operacionalização é de responsabilidade do INEP.

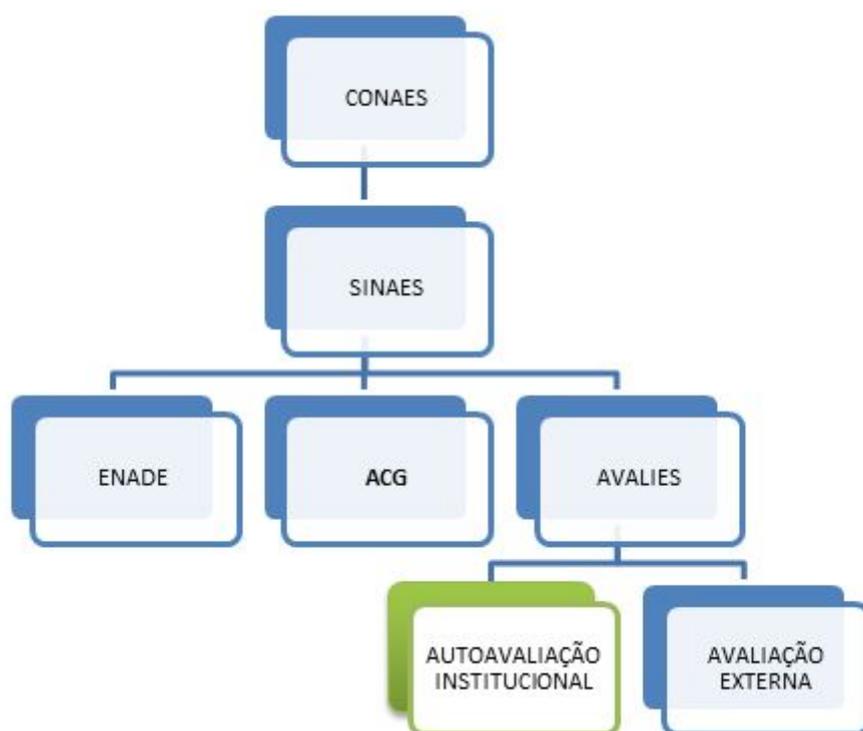
As Instituições de Educação Superior – IES utilizam as informações obtidas por meio dos instrumentos do SINAES para: orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; pelos órgãos governamentais para orientar políticas públicas; pelos estudantes, instituições acadêmicas e público em geral para orientar suas decisões quanto à realidade dos cursos.

A Avaliação das Instituições de Educação Superior – AVALIES, tem por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais dividindo-se em duas etapas: auto-avaliação e a avaliação externa in loco.

Realizada por comissões designadas pelo INEP, a avaliação externa tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e

pelos relatórios das autoavaliações institucionais. Por sua vez, a autoavaliação institucional é assistida, sistematizada e aplicada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da CONAES.

Conjuntamente, os processos avaliativos (interno e externo) devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceituais, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades. Abaixo o organograma dessas entidades:



O IFRO tem autonomia para oferecer cursos de ensino superior e cursos técnicos de nível médio. A Comissão Própria de Avaliação apresenta o presente projeto objetivando a realização da avaliação institucional de todos os níveis de ensino da instituição com base na proeminente possibilidade de avaliação de ambos os níveis pelo MEC, e o fato do mesmo ser para o período 2018/2020.

4. Objetivos, Metas e Ações

A Avaliação Institucional objetiva a melhoria da qualidade da educação, a orientação da expansão da oferta de ensino, o aumento permanente de sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, e especificamente a promoção do aprofundamento dos compromissos e

responsabilidades sociais da Instituição, por meio da valorização da missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

4.1. Objetivos Específicos, Metas e Ações

Definido o objetivo geral do Projeto de Avaliação Institucional, sendo apontados os objetivos específicos, as metas a serem alcançadas e as ações a serem realizadas no triênio 2018 a 2020.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	AÇÕES
Promover formas de sensibilização e motivação para a participação no processo de auto-avaliação.	Alcançar 100% da comunidade acadêmica.	<ul style="list-style-type: none"> - Panfletos, vídeos, mural, portal acadêmico e mídias sociais; - Palestras; - Curso com carga horária de 20 horas.
Diagnosticar a atual situação da Gestão quanto ao cumprimento dos objetivos estratégicos propostos no PDI.	<p>Analisar 100% dos relatórios das Reuniões de Avaliação Estratégica.</p> <p>Aumentar a participação em 5% nas avaliações institucionais em relação ao anterior.</p> <p>Mapear as potencialidades e deficiências dos Cursos da Instituição.</p> <p>Ampliar os processos de avaliação institucional para discentes de cursos técnicos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Solicitar da DPLAN os relatórios da RAE anualmente. - Analisar Relatório da avaliação interna. - Analisar o resultado da autoavaliação institucional. - Realizar as Roda de conversa. - Promover o fórum de discussões sobre a atuação das comissões de assessoramento institucionais. (temas:

		planejamento integrado, forma de atuação, dificuldades e êxitos)
Propor ações para o desenvolvimento institucional com base na avaliação institucional.	<p>Elevar as notas nas avaliações do MEC.</p> <p>Elevar o índice de satisfação da comunidade acadêmica nas avaliações internas para 80%.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Emitir parecer acerca das RAES. - Instituir avaliadores internos dos cursos. - Apresentação <i>in locu</i> e por setores dos resultados da avaliação. - Emitir relatórios simplificados e de fácil compreensão pela comunidade. - Atribuir conceito a satisfação dos segmentos da comunidade acadêmica quanto aos serviços prestados pela instituição e previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI.
Manter o processo de avaliação contínuo, evolutivo e flexível.	<ul style="list-style-type: none"> - Instituir as Comissões internas de assessoramento. - Desenvolver o projeto de avaliação institucional para o triênio. 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitar as Comissões. - Reuniões de planejamento. - Encaminhar o Plano Anual de Trabalho com previsão orçamentária. - Elaborar a previsão orçamentária para a

		<p>manutenção do processo de avaliação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aperfeiçoar o instrumento de avaliação institucional. - Modernizar a forma de aplicação do instrumento de avaliação institucional
--	--	--

6. Estratégias

A estratégia para a promoção das formas de sensibilização e motivação e a consequente participação no processo de auto-avaliação institucional e alcance de cem por cento da comunidade acadêmica da instituição está alavancada em grandes movimentos de ações midiáticos e setoriais junto aos *Campi* e Reitoria. Tais ações podem ocorrer por meio de palestras, cursos, encontros, reuniões e outros eventos presenciais e/ou a distância.

Pautada nas informações apresentadas no documento “Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-Avaliação das Instituições” elaborado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, que norteia as propostas de auto-avaliação das Instituições de Ensino Superior a partir de três núcleos (tópicos básicos e comuns, optativos e de documentos, dados e indicadores) que indiquem, de acordo com as particularidades da Instituição, os principais elementos a serem avaliados. Por sua vez, a Comissão Própria de Avaliação do IFRO realizará a avaliação institucional com base nas 10 (dez) Dimensões da Avaliação Institucional (orientações gerais) estabelecidas pela Lei nº 10.861/04, artigo 3º.

Inicialmente, para a execução das ações de auto-avaliação, a CPA conduzirá o processo e concomitantemente fará o levantamento e a indicação de servidores que atendam ao perfil para assessoramento e auxílio na condução do processo de avaliação institucional. É de responsabilidade dos membros titulares capacitar e orientar os membros das comissões especiais de assessoramento nas atividades designadas. Ao fim da execução dos trabalhos a que foram incumbidas, deverão emitir um relatório conclusivo padrão apresentado pela Comissão Própria de Avaliação, visando orientar-la no desenvolvimento do processo de avaliação institucional.

Terminada a fase diagnóstica a Comissão manterá o processo de avaliação contínuo, evolutivo e flexível, realizando reavaliações periódicas nas formas de atuação e avaliação, propondo ações para o desenvolvimento institucional com base no relatório da avaliação institucional, por meio da emissão de pareceres ou relatórios locais ou documentais.

7. Metodologia

O projeto de avaliação institucional está baseado nos os objetivos estratégicos apontados no Projeto de Desenvolvimento Institucional - PDI, bem como na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014 que estabelece o “Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional” que traz como um dos objetivos destacar a relevância da autoavaliação das IES para a educação superior de acordo com os eixos dispostos no art. 3º da Lei Nº 10.861 da seguinte forma:

Eixo	Dimensão	Objetivos Estratégicos do PDI
Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional	Dimensão 8: Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;	Aprimorar e integrar as ações de planejamento e gestão.
Eixo 2: Desenvolvimento Institucional	Dimensão 1: A missão e o plano de desenvolvimento institucional;	Aprimorar e integrar as ações de planejamento e gestão. Fortalecer a identidade institucional e o relacionamento interinstitucional.
	Dimensão 3: A responsabilidade social da	Consolidar e expandir cursos em consonância com os

	<p>instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;</p>	<p>arranjos produtivos, culturais e sociais locais.</p> <p>Desenvolvimento regional sustentável.</p> <p>Formação de cidadãos capazes de transformar a realidade social</p> <p>Soluções inovadoras para o avanço científico, tecnológico e produtivo.</p>
<p>Eixo 3: Políticas Acadêmicas</p>	<p>Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;</p>	<p>Fortalecer e ampliar as atividades de educação a distância.</p> <p>Consolidar e expandir cursos em consonância com os arranjos produtivos, culturais e sociais locais.</p> <p>Fortalecer e integrar as ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica.</p> <p>Aprimorar e intensificar o desenvolvimento e o uso de tecnologias e metodologias educacionais.</p>

		Desenvolver parcerias com o setor produtivo e instituições de ensino e pesquisa, nacionais e internacionais,
	Dimensão 4: A comunicação com a sociedade;	Fortalecer a comunicação institucional junto aos públicos estratégicos; Fortalecer a identidade institucional e o relacionamento interinstitucional
	Dimensão 9: Políticas de atendimento aos estudantes;	Fortalecer e integrar as ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica
Eixo 4: Políticas de Gestão:	Dimensão 5: As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;	Intensificar a capacitação e a qualificação de servidores, com foco nos resultados institucionais. Valorizar os servidores e melhorar o ambiente organizacional
	Dimensão 6: Organização e gestão da instituição, especialmente o	Aprimorar e integrar as ações de planejamento e gestão.

	funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;	
	Dimensão 10: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.	Otimizar a aplicação e fomentar a captação de recursos orçamentários e extraorçamentários.
Eixo 5: Infraestrutura Física	Dimensão 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino de pesquisa e de extensão, biblioteca, recursos de informação e comunicação.	Valorizar os servidores e melhorar o ambiente organizacional Ampliar e consolidar a infraestrutura acadêmica, administrativa e tecnológica

Dessa forma a autoavaliação institucional seguirá as seguintes etapas metodológicas no primeiro ciclos:

2018	2019	2020
Elaboração do plano anual de trabalho - PAT da CPA com previsão orçamentária para a condução do processo de avaliação institucional.	Elaboração do plano anual de trabalho - PAT da CPA com previsão orçamentária para a condução do processo de avaliação institucional.	Elaboração do plano anual de trabalho - PAT da CPA com previsão orçamentária para a condução do processo de avaliação institucional.
Construção do projeto de avaliação institucional.	Atualização do projeto de avaliação institucional.	Atualização do projeto de avaliação institucional.
Sensibilização da comunidade acadêmica.	Sensibilização da comunidade acadêmica.	Sensibilização da comunidade acadêmica.
Elaboração de mecanismos e procedimentos para assegurar a participação voluntária dos envolvidos na autoavaliação.	Atualização de mecanismos e procedimentos para assegurar a participação voluntária dos envolvidos na autoavaliação.	Atualização de mecanismos e procedimentos para assegurar a participação voluntária dos envolvidos na autoavaliação.
Atualização do instrumento de autoavaliação institucional.	Atualização do instrumento de autoavaliação institucional.	Atualização do instrumento de autoavaliação institucional.
-	Rodas de conversa	Rodas de conversa
Avaliação <i>in locu</i> da estrutura física*.	Avaliação <i>in locu</i> da estrutura física**.	Avaliação <i>in locu</i> da estrutura física***.
Sensibilização da comunidade acadêmica por meio de: palestras, vídeos, panfletos, murais, mídias sociais, portal acadêmico e cursos.	Sensibilização da comunidade acadêmica por meio de: palestras, vídeos, panfletos, murais, mídias sociais, portal acadêmico e cursos.	Sensibilização da comunidade acadêmica por meio de: palestras, vídeos, panfletos, murais, mídias sociais, portal acadêmico e cursos.

Aplicação do instrumento autoavaliativo mantendo o anonimato dos envolvidos no processo.	Aplicação do instrumento autoavaliativo mantendo o anonimato dos envolvidos no processo.	Aplicação do instrumento autoavaliativo mantendo o anonimato dos envolvidos no processo.
Requerer semestralmente do Coordenador do Curso um plano de ação para mitigar os problemas apontados no relatório de avaliação institucional.	Requerer semestralmente do Coordenador do Curso um plano de ação para mitigar os problemas apontados no relatório de avaliação institucional.	Requerer semestralmente do Coordenador do Curso um plano de ação para mitigar os problemas apontados no relatório de autoavaliação institucional.
Atualização do instrumento de autoavaliação institucional.	Atualização do instrumento de autoavaliação institucional.	Atualização do instrumento de autoavaliação institucional.
Levantamento dos dados obtidos por meio da aplicação.	Levantamento dos dados obtidos por meio da aplicação.	Levantamento dos dados obtidos por meio da aplicação.
Análise e interpretação dos dados.	Análise e interpretação dos dados.	Análise e interpretação dos dados.
Apresentação dos resultados do processo de autoavaliação aos gestores.	Apresentação dos resultados do processo de autoavaliação aos gestores.	Apresentação dos resultados do processo de autoavaliação aos gestores.
Divulgação dos resultados do processo autoavaliativo para a comunidade, na perspectiva de formar uma cultura de participação da autoavaliação.	Divulgação dos resultados do processo autoavaliativo para a comunidade, na perspectiva de formar uma cultura de participação da autoavaliação.	Divulgação dos resultados do processo autoavaliativo para a comunidade, na perspectiva de formar uma cultura de participação da autoavaliação.

Envio do relatório parcial para o MEC	Envio do relatório parcial para o MEC	Envio do relatório final para o MEC
-	-	Avaliações das melhorias implantadas durante o Ciclo.

*Por proximidade de campos;

** Por áreas;

*** A ser definido.

7.1 DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO DE PESQUISA

A autoavaliação conduzida e sistematizada pela CPA terá como público alvo: discentes, docentes e TAE's do Instituto Federal de Rondônia – IFRO. Os levantamentos dos mais diversos tipos (socioeconômicos, psicossociais etc.) desenvolvem-se ao longo de várias fases. De modo geral, essas fases podem ser definidas na seguinte sequência:

- a) especificação dos objetivos;
- b) operacionalização dos conceitos e variáveis;
- c) elaboração do instrumento de coleta de dados;
- d) pré-teste do instrumento;
- e) seleção da amostra;
- f) coleta e verificação dos dados;
- g) análise e interpretação dos dados;
- h) apresentação dos resultados.

Para FONSECA(2002), as pesquisas do tipo levantamento caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados. Quando o levantamento recolhe informações de todos os integrantes do universo pesquisado, tem-se um censo, no caso do IFRO, adotaremos essa abordagem.

7.2 INSTRUMENTO E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Para a realização da autoavaliação será utilizado o sistema informatizado denominado LIMESURVEY (programa desenvolvido em base open source, não proprietária, versão 2.50) e elaborado um questionário para coleta de dados com blocos de perguntas de múltipla escolha e em cada bloco uma questão para resposta discursiva, com limitação de 600 caracteres.

A coleta de dados será pelo acesso individual do respondente ao questionário disponibilizado no ambiente virtual, a partir de qualquer local, sem a interferência ou participação de servidores no processo de preenchimento das respostas.

Para acesso aos instrumentos de coleta de dados por parte dos discentes, os membros das CPA e comissões especiais, visitarão as salas de aulas para mobilização, bem como, o estímulo aos docentes a levarem suas turmas, em diferentes dias e horários, aos laboratórios de informática dos diversos *campi* do IFRO, de forma a aumentar a participação discente no processo avaliativo.

Já para os docentes e TAE's será enviado um e-mail para cada servidor, convidando-o para participar do processo de autoavaliação, informando a disponibilidade de laboratórios e horários para o preenchimento do instrumento de autoavaliação. Podendo ser realizado o acesso por meio do computador pessoal ou institucional, garantindo em todas as possibilidades, o acesso único e anônimo.

7.3 ESCALAS E CRITÉRIOS DE ANÁLISE

A análise dos dados abordará critérios quantitativos e qualitativos. Os dados serão obtidos através de coleta com escalas ordinais do tipo *Likert*, de 5 (cinco) pontos para registro das avaliações atribuídas pelos segmentos consultados, sendo 5 (cinco) pontos de avaliação e 1 (uma) alternativa de “escape” (sem condições de avaliar), conforme descrição abaixo:

SCA - sem condições de avaliar: não conheço o serviço, nunca utilizei o serviço, não preciso do serviço, não pertinente;

1 - inexistente: situação/serviço que não ocorra no Campus/Reitoria ou que não esteja em funcionamento.

2 - insuficiente: Não atende as necessidades mínimas, a situação exige intervenção e medidas corretivas urgentes.

3 – suficiente: Atende as necessidades mínimas, precisa de intervenções para atingir a excelência.

4 – bom: atinge as necessidades de forma satisfatória, necessita de ajustes para atingir a excelência.

5 - excelente: atinge o objetivo com notoriedade, distinção e excelência.

Para a tomada de decisão, será considerado o maior conceito indicado pela comunidade acadêmica. Desta forma, para a avaliação dos conceitos serão utilizados os seguintes indicativos de ação:

- **MANTER E APRIMORAR AS AÇÕES PRATICADAS:** Quando a avaliação com maior votação pela comunidade for o CONCEITO 4 OU 5 entende-se que a questão atende os requisitos de qualidade e as ações referentes à esta questão devem ser mantidas e aprimoradas.
- **NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO ESPECIAL:** Quando a avaliação com maior votação for o CONCEITO 3 entende-se que a questão atende os requisitos mínimos de qualidade, cabendo à gestão o desenvolvimento de ações direcionadas com objetivo de melhorar os indicadores;
- **NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO URGENTE:** Quando a avaliação com maior votação pela comunidade for o CONCEITO 1 OU 2, entende-se que o indicador necessita de intervenção imediata por parte da gestão, com implementação de ações corretivas em caráter de urgência.

Para a análise do conceito “Sem Capacidade de Avaliar - SCA” considera-se os seguintes indicativos de ações:

- **NECESSIDADE DE ATENÇÃO:** Quando o conceito “Sem Condições de Avaliar - SCA”, for maior ou igual a 10% e menor que 20%, entende-se que a questão não conseguiu atingir padrão de qualidade exigido. Considerando-se como um viés negativo e indicando a necessidade de desenvolvimento das questões relacionadas a estes quesitos;

- **NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO:** Quando o conceito “Sem Condições de Avaliar - SCA”, for maior ou igual a 20%, entende-se que a questão não atende os requisitos mínimos de qualidade, cabendo à gestão o desenvolvimento de ações e políticas com objetivo de melhorar os indicadores em caráter de urgência.

Será disponibilizado também um espaço discursivo intitulado “Sugestões/críticas/elogios”, onde os membros de cada segmento poderão abordar problemáticas não abordadas no questionário objetivo, desta forma adotar-se-á também a técnica de análise de conteúdo.

Salienta-se que para atender as expectativas de cada segmento algumas questões não serão submetidas a todos os segmentos, como por exemplo: questões pertinentes aos discentes não serão apreciados pelos TAE's e docentes.

8. RECURSOS

Implantar um projeto de Avaliação Institucional requer da equipe e de todos os envolvidos a mensuração e organização dos principais recursos a serem utilizados, uma vez que não previstos podem dificultar a realização de uma atividade e a obtenção de resultados favoráveis. Dessa forma, a CPA apresenta no seu Projeto de Avaliação Institucional os recursos físicos, materiais, financeiros e humanos a serem utilizados.

Acerca dos recursos físicos e materiais serão utilizados os já existentes em cada Campus, qual seja: salas de aula, salas de reuniões, laboratórios, ginásios, auditórios, e outros. Na Reitoria para o desenvolvimento das atividades faz-se necessário uma sala de reuniões específica equipada com instrumentos para a realização das atividades da Comissão.

Em relação aos recursos financeiros estes serão planejados anualmente por intermédio do Plano Anual de Trabalho - PAT pela Comissão e devidamente encaminhado ao setor responsável pela disponibilização de recursos, junto à Reitoria, uma vez que a CPA não é ordenadora de despesas.

Os recursos humanos necessários ao desempenho das atividades avaliativas institucionais são: os membros titulares e suplentes da CPA, as comissões especiais, os gestores de cada

unidade seja ela Campus ou Reitoria, os discentes, integrantes da comunidade escolar e sociedade civil organizada, especialistas em avaliação para ministrar treinamentos e outros profissionais que contribuam para o desenvolvimento das ações propostas.

Todos os recursos aqui apontados são previsões mínimas necessárias, logo, outros poderão ser solicitados via PAT, uma vez que a Comissão deve manter o processo de avaliação contínuo, evolutivo e flexível.

9 Cronograma

O cronograma para o desenvolvimento dos trabalhos apresentados neste projeto de avaliação institucional 2018-2020 será encaminhado anualmente por meio do plano anual de trabalho da Comissão Própria de Avaliação, logo, cada uma das ações aqui especificadas estarão devidamente apontadas no referido documento.

Referências

Plano de desenvolvimento institucional – PDI

Lei nº 10.861 de 14 abril 2.004.

Documento do SINAES – Orientações Gerais para o Roteiro de Auto-Avaliação das instituições.

Documento CONAES – Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

